

B



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Ata nº3/2022

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois pelas 21 horas e 11 minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó, no Edifício do Poder Local, sito na Rua da Alembração no Feijó, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um - Período Antes da Ordem do Dia. -----

A) Leitura e aprovação da ata número dois de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

B) Leitura do Expediente. -----

Ponto Dois – Período Aberto ao Público. -----

Ponto Três – Período da Ordem do Dia. -----

Ponto três ponto um – Relatório e Contas dois mil e vinte e um. -----

Ponto três ponto dois – Apreciação do Inventário e Bens. -----

Ponto três ponto três – 1ª alteração modificativa do Orçamento de 2022 e 1ª revisão do PPI de 2022. -----

Ponto três ponto quatro – Informação da Atividade e Situação Financeira do 1º Trimestre de 2022. -----

Estiveram presentes pelo Executivo Luís Filipe Almeida Palma, Anabela de Matos Tavares, Armando Martins Gonçalves, Luís Armando dos Santos Coelho, Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e Élia Cristina Goulão Verdasca. -----

Justificou a ausência a eleita Cátia Quintela do PS, que foi substituída pelo eleito Tito Pedro Fialho da Silva Banza, que tomou posse do seu cargo na Assembleia, junto da Mesa desta, segundo os termos legais em vigor. (anexo2) -----

Chegaram à mesa os seguintes documentos: -----

Moção Um - (CDU) – Moção “Pela Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Francisco Simões”.

Moção Dois – (CDU) – Moção “Sim à Paz”. -----

Moção Três – (CDU) – Moção “Contra o Desemprego e pela Integração com vínculo efetivo das auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada”.

Voto de Pesar – (PS) – Voto de Pesar por “José Manuel Cacho Rodrigues”, (anexo três). -----

Voto de Pesar - (PS) – Voto de Pesar “Pelas vítimas de agressão militar da Rússia contra a Ucrânia”, (anexo quatro). -----

Ponto Um - Período Antes da Ordem do Dia. -----

Foi lido o Edital pelo primeiro secretário da Mesa da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Procedeu-se à leitura e aprovação da ata número dois de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Foi apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia uma errata onde se esclareciam dois erros que seriam retificados antes da sua assinatura e publicação, questão aceite por todos os membros da assembleia, procedendo-se então à sua votação. A ata foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o primeiro secretário da Mesa da Assembleia, procedeu à leitura do expediente. -----

Passou-se então, à leitura dos votos de pesar a José Manuel Cacho Rodrigues e pelas vítimas da agressão militar da Rússia Contra a Ucrânia, apresentados pela bancada do PS e lidos pelo eleito Mariano Teodoro Teixeira da Purificação. No final, realizou-se um minuto de silêncio relativos a ambos. ---

Procedeu-se, de seguida, à leitura de todas as moções, a primeira, "Pela Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Francisco Simões" lida por Isabel Ferro; a segunda, "Sim à Paz", por José Carlos Lourenço; e a terceira, "Contra o Desemprego e pela Integração com vínculo efetivo das auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada" por Rui Roque, todos eleitos da bancada da CDU.-----

Após a leitura da primeira moção, pediu palavra a eleita Cátia Gervásio do CHEGA. A eleita começou por dizer que iria votar favoravelmente a moção, pois na freguesia esta é a única escola sem pavilhão e, que no concelho só existem duas escolas com o curso de desporto, sendo esta uma delas. Este problema existe desde a demolição da antiga escola Pintor Columbano, ou seja, há cerca de 30 anos.(anexo cinco).

Retomou-se a leitura das moções. -----

Após a leitura, solicitou a palavra Margarida Ferreira, do PSD, referiu que concordavam com a primeira moção e que esta só pecava por tardia, pelo que votariam favoravelmente. Relativamente à segunda moção consideravam que continha imprecisões e eufemismos que suavizavam uma situação muito grave. Não se tratavam de operações militares nem de hostilidades, mas de uma invasão, que começou com o propósito da Ucrânia aderir à NATO, consideram que não há soluções negociáveis neste caso e que só se resolveria com a saída da Rússia da Ucrânia, pois esta invasão violava todos os acordos internacionais, pelo que votariam contra e, por fim solicitou esclarecimentos relativamente à terceira moção, perguntou se este era um assunto que já tinha sido abordado na Assembleia Municipal, visto achar que a não resolução se prendia em motivos legais e que o sentido de voto dependeria disso.-----

De seguida, pediu a palavra o eleito do PS, José Santos, começou por se referir à primeira moção indicando que haveriam obras importantes, que infelizmente por burocracias que demoram anos a resolver ou jamais chegaram a ser realizadas, não deixava de ser verdade que têm havido avanços, e

737



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

que se iria continuar a trabalhar para que a escola tivesse o seu merecido pavilhão. Relativamente à segunda moção, declara que o Partido Socialista se encontra solidário com a população Ucraniana, que neste momento era quem mais sofria com uma guerra que não tinha algum tipo de sentido, sendo um partido que pretendia a união e empatia entre nações e pessoas, não podiam nunca votar contra uma moção que apelasse à paz, contudo esta moção deixava alguma ambiguidade, pois, logo no primeiro ponto dizia: “(...) Apelar ao imediato cessar de todas as hostilidades(...)por parte do exército Ucraniano na Região de Donbass, (...)”, prosseguiu dizendo que, esta região pertencia à Ucrânia, e que apesar de apelarem à paz não deixavam de entender que um país invadido por outro se devia defender, solicitaram à bancada da CDU que explicasse o porquê do exército Ucraniano deixar de defender o que era seu. Não poderiam votar favoravelmente por paz quando a moção falava também de uma cedência territorial e de civis, apelaram à CDU que alterasse o texto para: “(...) Apelar ao imediato cessar de todas as hostilidades(...)por parte do exército Ucraniano após a retirada do exército Russo de todo o território pertencente à Ucrânia, (...)”. Relativamente à moção número três, referiu ser o tema mais quente e que pensava conseguir esclarecer a eleita Margarida Ferreira. Realçou que o Partido Socialista não era um partido de bloqueios. Declarou que a CDU apresentou uma declaração política na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, dia trinta de março de dois mil e vinte e dois. E declarou que a Vereadora Teolinda tinha realçado que, iriam percorrer todos os caminhos possíveis que a lei permitisse, o que tinha sido feito e que nessa mesma Assembleia apresentou os resultados. Referiu que a CDU não entendia ou não queria entender o que dizia o artigo sessenta - alínea b), e que ele passaria a explicar pela terceira vez, após explicação da Vereadora e da Presidente da Câmara, que o termo resolutivo do contrato das respetivas trabalhadoras conste de protocolo, acordo de execução ou contrato interno administrativo para o exercício dessas competências, já datava na esfera jurídica ou de outra entidade administrativa, o Executivo da Câmara aquando da contratação das auxiliares tentou que fosse possível mas que não lhes seria possível renovar o contrato devido a essa mesma alínea b), pois as trabalhadoras que iriam passar do Ministério para as Autarquias já faziam parte dos quadros das escolas, as trabalhadoras estariam em processo de contratação pelas escolas e que passariam a fazer parte do quadro das escolas, assim como, as trabalhadoras que tinham contrato a termo certo, se cumprissem o rácio poderiam ser integradas no quadro. Reforçou que se assistia a uma demagogia junto a pessoas que estavam em fragilidade e precariedade laboral e social, que se adensava pois queriam fazer crer às trabalhadoras que por má vontade do executivo camarário que o mesmo não as queria integrar, ficando no entanto, a promessa de que se conseguiria resolver a situação não da maneira que se gostaria mas



B

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

que iriam percorrer todos os caminhos possíveis para a resolução da situação, garantindo que nenhum dos vencimentos das trabalhadoras falharia. -----

De seguida pediu a palavra Karim Quintino do BE. Relativamente às moções um e três informou que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente nas duas. No caso do pavilhão referiu que efetivamente já pecava por tardia, uma vez que esta obra estaria atrasada por três décadas, situação esta incompreensível até porque tem sido motivo de debate em assembleias municipais e de freguesia. A construção deste pavilhão seria a materialização do apoio à juventude. Relativamente à terceira moção sobre as auxiliares, disse que já tinha dado para reparar que este tem sido um tema muito discutido em vários órgãos do município, mas que fazia todo o sentido, visto estarmos perante uma situação de injustiça. Relativamente à segunda moção, começou por dizer que a posição o Bloco de Esquerda era de repudio e condenação incondicional da invasão russa no território ucraniano, no entanto, achavam que a moção número dois de acordo com a linguagem não fazia jus à posição do Bloco de Esquerda, e passava a fazer uma proposta à CDU. Propôs que se retirasse "(...)as hostilidades(...)por parte do exército Ucraniano na Região de Donbass, (...)", e caso não fosse aceite esta proposta que se votasse por pontos. Seguiu-se Cátia Gervásio, do CHEGA, que declarou que relativamente à moção número dois, não se esquecia que a CDU tinha votado contra o apoio financeiro à Ucrânia, apesar de não ter sido no âmbito da Assembleia de Freguesia. Declarou também que o CHEGA repudiava veementemente todo o tipo de ataques cometidos contra a humanidade, assim como, todo o tipo de guerras, e como tal iria votar contra. No caso da moção número três, informou que conforme referido na atual assembleia, iria votar contra, uma vez que, sem a alteração da delegação de competências não seria possível a Câmara Municipal de Almada fazer a contratação destes colaboradores, e de acordo com a alínea b) do artigo 60 e também em linha com a posição dos dois deputados do CHEGA na Assembleia Municipal, (anexo cinco) ----- Foi, entretanto, concedido um tempo de pausa de cinco minutos para a bancada CDU, por forma a discutirem as propostas de alteração e tomarem uma decisão. -----

Após o interregno, foi concedida a palavra à bancada da CDU na pessoa de José Carlos Lourenço, para apresentar as conclusões do tempo de conferência. -----

José Carlos Lourenço, declarou então que, reconheciam que o assunto era polémico e que não cabia aos eleitos da Assembleia alimentar muito o tema, e que estariam mais preocupados em encontrar consensos. Assim sendo, declarou que infelizmente qualquer que fosse a opinião política que qualquer das bancadas tivesse, ou que qualquer um de nós tivesse individualmente, fosse na Ucrânia fosse numa qualquer parte do mundo as pessoas continuavam a sofrer e a morrer com armas, que todas as armas



B3

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

matavam e que todas as balas matavam. Passou depois a informar que o ponto um da moção número dois passaria a ler-se, "(...) Apelar ao imediato cessar de todas as hostilidades militares, pondo fim à escalada militar que o conflito traduz, e abrindo caminho ao diálogo, à concertação e à Paz(...)". -----

Foram então concedidos ao PS, cinco minutos para também reunir e decidir a sua posição de voto. -----

No regresso aos trabalhos, procedeu-se à votação das moções. -----

Moção um – aprovada com: 0 votos contra; 7 abstenções PS; 12 votos a favor CDU, BE, PSD E CHEGA.

Moção dois – aprovada com: 3 votos contra PSD E CHEGA; 0 abstenções; 16 votos a favor CDU, PS e BE. -----

Moção três – aprovada com: 3 votos contra PSD E CHEGA; 7 abstenções PS; 9 votos a favor CDU E BE.

De seguida, foi dada a palavra à eleita Maria Beatriz Morais da bancada do PS, que na qualidade de Presidente da Comissão Eventual criada para revisão do Regimento, fez um ponto de situação dos trabalhos desta mesma Comissão. Assim sendo, informou que se tem trabalhado com o intuito de atualizar o regimento de acordo com a lei vigente, harmonizando e evitando contradições. Referiu a importância de um documento claro não só para o uso da Assembleia, assim como, para que os fregueses soubessem como exercer os seus direitos. Esclareceu que por esta razão, e tendo em conta o facto deste Regimento ter cerca de cem artigos, ainda não nos seria possível apresentar nesta Assembleia o Regimento revisto. Informou também que, o Jurista avençado pela Junta de Freguesia tinha dado algum apoio no esclarecimento de alguns pontos. Esta Comissão voltaria a reunir dia seis de maio. E que o Regimento aprovado em 2018, já se encontrava publicado na Internet no site da Junta de Freguesia. -----

Ponto dois – Período Aberto ao Público-----

Inscreveu-se a freguesa Paula Carvalho, residente no Feijó. A Freguesa relatou que o terreno localizado em frente a Escola EB 2 da Alembração se encontrava infestado de ratazanas e que carecia de limpeza e desmatção, assim como os passeios que necessitavam de ser limpos de todo o mato que lá nascia. ----

O Senhor Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Luís Palma, tomou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos relativamente às questões levantadas. Explicou que os terrenos em causa são propriedade privada que estavam a ser disputados por dois herdeiros. Que enquanto não havia decisão dos tribunais, e que os serviços municipais iam fazendo a manutenção dos mesmos. No entanto, o tribunal tinha decidido a favor de um dos herdeiros, que vedou de imediato o terreno, deixando de haver qualquer acesso ao mesmo. Informou também que, por mais diligências que a Junta de Freguesia enviasse, a pessoa em questão não respondia, mas que se comprometia a continuar a, juntamente com

B



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

a Câmara Municipal de Almada a tentar encontrar uma resolução para esta situação, por ser uma questão que era efetivamente do interesse de todos. Tinha conhecimento que algumas propostas tinham sido feitas ao detentor do terreno para transformar aquele espaço em algo melhor do que o que realmente lá estava. -----

Ponto Três – Período da Ordem do Dia. -----

Ponto três ponto um – Relatório e Contas dois mil e vinte e um. -----

O Relatório e Contas referente ao ano de dois mil e vinte e um, foi devidamente apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Luís Palma, sendo a apresentação deste documento uma obrigação legal. Esclareceu que ao ser aprovado o orçamento, tinha sido possível, aquando do fecho das contas anuais atualizar o dito Relatório. Para além disso, era análise do Senhor Presidente, que estes documentos comprovavam e analisavam a atividade da Junta no ano de dois mil e vinte e um e era onde constavam documentos previsionais no âmbito das Opções do Plano ao nível do PPI e o respetivo orçamento. Significativa parte dos documentos apresentados neste relatório, Mapas de Execução Orçamental e Relatório de Gestão integravam informação estritamente do domínio técnico contabilístico da responsabilidade de quem prestava este serviço à Junta de Freguesia. Informou que o orçamento aprovado e após correções teve uma execução líquida de um milhão quarenta e seis mil novecentos e sete ponto sessenta e três euros na parte da receita, com uma taxa de realização de noventa e oito vírgula cinquenta e quatro por cento que se repartiu entre receita corrente e receita de capital em setecentos e trinta e dois mil novecentos e quarenta e quatro ponto cinquenta e oito euros e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e nove e sessenta e oito cêntimos respetivamente, o que correspondia a um saldo de gerência que veio do ano de 2020 de duzentos e vinte sete mil trezentos e trinta e três ponto trinta e sete. Na parte da despesa paga, a execução total tinha sido de oitenta e sete vírgula zero oito por cento dividida por despesa corrente e despesa de capital de setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e cinco ponto dezanove e noventa e nove mil setecentos e sessenta e dois ponto vinte respetivamente. O saldo de gerência para o ano de dois mil e vinte e dois era no montante de cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta ponto vinte e quatro euros que será depois incluído no documento seguinte que também seria analisado pela Assembleia. As Opções do Plano, tiveram uma execução que correspondia a setenta e sete vírgula vinte seis por cento que correspondia por sua vez a um valor de noventa e nove mil setecentos e sessenta e dois vírgula vinte euros. Informou também, que o Executivo da Junta desejava que nos anos que correspondiam aos anteriores mandatos tivesse havido mais tranquilidade e maior estabilidade na execução de todos estes planos. Relembrou que o mandato de

B



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

dois mil treze a dois mil e dezassete, foi o primeiro mandato no quadro de União de Freguesias, que teve desde logo uma junção de orçamentos que provinham quer da Freguesia do Feijó quer da Freguesia do Laranjeiro, para além de ter culminado com dois anos de governação pelo governo responsável pela união das freguesias. Seguido de pelo menos dois anos de pandemia – COVID dezanove. Tudo isto tinha influenciado e cancelado uma série de iniciativas e também a execução do plano e do orçamento. No âmbito dos contratos inter-administrativos e dos acordos de execução, embora já existisse algum avanço no chamado acerto de contas, este ainda não estava traduzido neste documento uma vez que ainda não se tinha concretizado, preocupando pelo impacto inicial na execução deste orçamento do ano de dois mil e vinte e dois, não só influenciado pela inflação como por todo um conjunto dos outros danos colaterais que surgiam e que realmente também iam tendo impacto nas análises que depois seriam feitas à posteriori da execução do orçamento. Disse também, que ao longo deste mandato fruto da pandemia, tinham sido obrigados a fazer oito modificações permutativas e uma modificativa ao orçamento tendo em conta as necessidades que iam surgindo de respostas que tinham que dar às instituições e aquilo que não estava previsto no orçamento. No entanto, não deixavam de estar satisfeitos com aquilo que foi a atuação do executivo ao longo do ano de dois mil e vinte e um. Referiu também que, ao nível das receitas optaram desde março de dois mil e vinte, por dar um apoio indireto aos comerciantes, isentando-os das taxas referentes à ocupação da via pública e da esplanada voltando só a ser cobradas a partir de janeiro do corrente ano, o mesmo aconteceu ao nível dos sacos de entulho com uma diminuição inicial e culminando com uma suspensão deste serviço, devido aos danos das gruas alocadas a estas viaturas. A redução do número de atendimentos também fez com que o número de pedidos de certidões e outros serviços carentes do pagamento de taxas tivesse diminuído fortemente a receita. Mesmo assim, tendo em conta a análise efetuada, a taxa de execução que acabou por existir não estavam totalmente satisfeitos, mas tinham alguma margem de conforto tendo em conta toda a situação. Demonstrou disponibilidade para qualquer esclarecimento que pudessem achar necessário, embora afirmasse que o documento era de fácil leitura. -----

Pediu a palavra o senhor Filipe Martins Vaz do PS, que referiu que prezava o sentido pedagógico de explicar muito os indicadores, mas sugeriam uma linguagem mais formal e um tipo de letra que facilitasse a leitura para além de evitar o uso de palavras como “pequenina” apesar, a mesma, estar entre aspas. Perguntou se o executivo considerava que se se aceitasse mais competências vindas da Câmara não iria aumentar mais essa proximidade. Refere que mais à frente, no documento, que os valores transferidos pela câmara eram insuficientes, mas que, só era relacionado com a variável da população,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

aproximadamente quarenta mil habitantes. Pretendia saber se neste juízo de verbas também relacionavam com as competências acordadas com a câmara. Questionou também relativamente à execução do plano plurianual de investimentos para além das funções sociais em que era explicado o baixo nível de execução financeira, e repararam que nos serviços culturais recreativos e religiosos também estavam praticamente metade dos valores executados. Abordou também, o facto de ser difícil encontrar fornecedores para peças para a carrinha. Questiona o porquê de no caso dos serviços culturais recreativos e religiosos também estar mais ou menos nos 50% e entender esta relativa fraca execução. -- Interveio de seguida, Karim Quintino do BE. Começou por agradecer ao Presidente da Junta e respetivo executivo pela apresentação e esclarecimentos dados. Referiu que, por parte do BE se mantinha a preocupação da falta de sincronia entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Tendo esta situação já tido sido dissecada noutras Assembleias de Freguesia, sendo uma relação conflituosa assente no financiamento deficiente no que diz respeito às competências transferidas, repercutindo naturalmente na vida dos fregueses. Viam também, com preocupação o facto de a Câmara Municipal de Almada não estar a cumprir as clausulas vigésima primeira de acompanhamento e vigésima segunda de avaliação da execução, questões a ser emendadas o mais rapidamente possível, pois põem em causa a qualidade de vida dos fregueses. Referiu por último que, relativamente à execução das opções do plano as questões foram justificadas pelo Senhor Presidente da Junta as quais seriam comuns a vários órgãos de soberania e que este não seria exceção. -----

Em resposta às questões tomou da palavra o Presidente da Freguesia Luís Palma, que agradeceu a oportunidade de poder esclarecer as dúvidas colocadas. Começou por referir que a despesa com as competências que a Câmara Municipal atribuiu à Junta de Freguesia e que estavam expostas nos contratos inter-administrativos e também nos acordos de execução que necessitavam de uma atualização urgente, uma vez que, os materiais encareceram, a Junta de Freguesia optou pela opção gestonária o que permitiu a progressão na carreira dos seus funcionários, o aumento do salário mínimo e a atribuição de um subsídio de insalubridade; tudo isto assumido pela Junta de Freguesia sem qualquer acompanhamento por parte da Câmara Municipal, quando parte destes trabalhadores estavam alocados à Junta mas que estavam na esfera do Município, visto ser competência que a Câmara Municipal delegou na Freguesia. No entanto, menciona o facto de que já existia alguma vontade por parte da Câmara Municipal em colaborar neste sentido e como tal a Junta de Freguesia continuaria a assumir as competências delegadas, como seria possível ver nos documentos seguintes. Informou da disponibilidade da Junta de Freguesia de agarrar outras competências. No entanto, esclareceu que o executivo não iria



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

assumir qualquer competência que não viesse com as respetivas condições de pessoal, logística e financeiras e que garantiam e salvaguardavam os direitos dos trabalhadores. Garantiu que existiam condições para assumir mais competências de proximidade que possibilitassem a resposta às necessidades das populações e resolução de problemas. Relativamente às questões sociais aqui questionadas, foi feita pela Junta de Freguesia uma previsão inicial que partia do princípio que um conjunto de atividades poderiam ser realizadas, para além dos apoios que foram dados no âmbito da pandemia. As coletividades tinham estes valores disponíveis que foram utilizando e quando foi feito o acerto de contas anual concluiu-se o que foi usado dos valores disponibilizados. Para além de todos estes fatores, surgiu a dificuldade de receção de materiais, os fornecedores não conseguiam dar resposta na entrega dos materiais, tendo algumas empresas falido, fazendo com que algumas rubricas tivessem passado para o ano de dois mil e vinte e dois. -----

Posto à votação o ponto três ponto um o mesmo foi aprovado com: 0 votos contra; 10 abstenções PS, PSD e CHEGA; 9 votos a favor CDU e BE. -----

Ponto três ponto dois – Apreciação do Inventário e Bens. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia que demonstrou disponibilidade para qualquer esclarecimento, visto todos os Membros da Assembleia terem recebido o documento antecipadamente. –

Nenhum dos eleitos solicitou qualquer esclarecimento pelo que se passou ao ponto seguinte. -----

Ponto três ponto três – 1ª alteração modificativa do Orçamento de 2022 e 1ª revisão do PPI de 2022. ----

Tomou a palavra o Presidente da Junta para fazer a apresentação da primeira revisão. Esta alteração resultou do saldo de gerência de cento e oitenta e quatro mil quatro centos e cinquenta ponto vinte e quatro euros, propondo que no quadro da despesa fosse alocado cento e quarenta e três mil novecentos e cinquenta ponto vinte e quatro na despesa corrente e quarenta mil e quinhentos euros em despesa de capital, sendo os primeiros distribuídos pelo reforço das rubricas de despesa com pessoal, tendo em conta os aumentos salariais verificados no ano de dois mil e vinte e dois, para que as transmissões online das sessões da Assembleia pudessem ser acompanhadas por língua gestual, a edição de dois boletins até ao fim do ano onde se incluía a separata da Assembleia de Freguesia e que era distribuído por todos os códigos postais da Freguesia, reparação e conservação das viaturas afetas ao setor de obras e ambiente, dotação das rubricas que faziam face às despesas e encargos financeiros para a locação financeira de duas viaturas novas para a recolha de monos, apoio ao movimento associativo, apoio a atividades desenvolvidas por outras entidades da Freguesia, pequenas obras de conservação e reparação dos edifícios afetos à Junta, aquisição de prendas de Natal para as crianças do pré-escolar e

B



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

primeiro ciclo, iluminações de Natal, comemoração do Dia Internacional da Criança, rubricas afetas ao normal funcionamento da autarquia, inspeção dos parques *fitness* e do polidesportivo da juventude e para a conclusão da pintura de painéis da estação de Metro Sul do Tejo. O segundo valor seria aplicado no reforço da vedação do campo de jogos, manutenção e arranjos do mesmo. Amortização do capital referente à aquisição das duas viaturas e aquisição de equipamento e mobiliário urbano diverso. Relativamente ao PPI, referiu que está abrangido nos pontos supracitados. -----

Pediu a palavra Cátia Gervásio do CHEGA. Solicitou esclarecimentos relativamente ao valor afeto às horas extras, sobre o uso frequente da rubrica “outros” e relativamente ao reforço da verba referente às instalações recreativas e desportivas. Da parte do partido que representa tinham feito chegar preocupações e propostas, ao nível da segurança, das eco freguesias, das hortas comunitárias, da colocação de multibancos, dos sem-abrigo alojados no Laranjeiro, entre outras, (anexo cinco). -----

O Presidente da Junta respondeu às questões levantadas, começando por esclarecer que as horas extra tinham que constar e estar previstas a nível do orçamento independentemente de poderem ser utilizadas ou não, e que não estava relacionado com ter ou não colaboradores necessários para executar as tarefas, mas sim com o número de atividades inerentes à Junta de Freguesia que se podiam realizar fora das horas do expediente como era exemplo a Assembleia que estava a decorrer. Relativamente à expressão “outros” variadas vezes utilizada no orçamento estava relacionado com o sistema de normalização contabilística, fazendo parte dos orçamentos não só ao nível das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, mas de todo o tipo de orçamentos, não havendo qualquer falta de transparência. Relativamente ao valor previsto para as obras do campo de jogos era muito elevado, estando por isso já previsto e tendo em conta orçamentos solicitados a diferentes empresas. Concordou com a necessidade das hortas comunitárias e com a requalificação do mercado do Feijó. Reforçou que a falta de multibancos na zona específica do Feijó advém das diferentes políticas que têm existido relativamente ao encerramento de balcões bancários a nível nacional. No entanto, a Junta estava a desenvolver ações para que esta situação se revertesse. Por último, referiu a situação dos sem-abrigo, que são verdadeira preocupação da Junta, no entanto, informou que esta situação não estava só dependente da Junta ou da Câmara, pois o Município foi dando resposta, mas ainda havia muito a fazer e que existiam entidades superiores que tinham ainda muito a fazer. Estavam já marcadas reuniões para se poder dar alguma resposta digna. -----

Posto à votação o ponto três ponto três o resultado foi: 0 votos contra; 10 abstenções PSD, PS, CHEGA; 9 votos a favor CDU e BE. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Ponto três ponto quatro – Informação da Atividade e Situação Financeira do 1º Trimestre de 2022. -----
Tomou a palavra o Presidente da Junta Luís Palma que expôs a informação relativamente a este ponto da ordem de trabalhos. Apesar do quadro sensível que tem tido nos últimos dois anos, as responsabilidades e as competências não tinham deixado de ser executadas em diferentes áreas, procurando também retomar uma série de atividades que estiveram impedidas. A Junta tinha estado presente em todos os concelhos gerais de escolas realizados alguns deles de forma não presencial. Já tinha sido possível reiniciar algumas iniciativas com as crianças da Freguesia. Tinha-se realizado o Dia Internacional da Mulher com uma exposição, homenageando as mulheres trabalhadoras da Freguesia, e também o almoço comemorativo deste mesmo dia com as trabalhadoras desta Autarquia. Tinha-se organizado o Festival das Tunas, as Janeiras online devido ao confinamento, a Feira do Fumeiro, reuniões da Comissão Social de Freguesia, entre outras atividades. Tinha-se reiniciado a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Almada com a oficina domiciliária e estabelecido um protocolo de prestação de serviços com a CERCISA no âmbito da lavagem auto dos veículos da Junta de Freguesia. Tinha-se adquirido um DAE portátil para o Futsal Feijó, exigência da Federação Portuguesa de Futebol. Tinham sido executadas uma série de obras no espaço público, algumas não estavam aqui expressas pois ainda decorriam durante a elaboração do documento. Relativamente à recolha de monos tinham sido recolhidas várias toneladas e havido contacto direto por parte dos fregueses para solicitar a recolha. Tinha sido iniciada a candidatura ao eco freguesias vinte / vinte e um, e a empreitada da pintura de muros no espaço público. Destacou a integração nas celebrações dos quarenta e oito anos do vinte e cinco de abril. Sinalização de carros indevidamente estacionados. Edição do boletim da Junta e separata. Regularização das situações dos trabalhadores. Realização de formações a nível jurídico das autarquias locais. Início do processo de aquisição de duas viaturas equipadas com grua. Por fim, referiu o início dos jogos desportivos, sendo esta a única Junta que os continuava a realizar, e a continuidade do projeto alma sénior. -----

Pediu a palavra o eleito Filipe Martins Vaz da bancada do PS, iniciou por questionar o tipo de parceria com as escolas relativamente à tiragem de fotocópias, relativamente à cultura presaram a realização da Feira do Fumeiro e sugeriram a realização de outros tipos de comida como por exemplo vegetariano ou comidas do mundo e que houvesse descentralização deste tipo de eventos por outros espaços da freguesia. No pelouro das obras referiu um conjunto de pedras da calçada na zona da Rua dos Álamos que deveriam ser recolhidas. Relativamente à recolha de monos referiu que devido a avaria dos aparelhos da Junta esta teve a necessidade de depender da ajuda da Câmara Municipal logo não foi

B



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

cumprido na íntegra pela Junta de Freguesia. Sugeriu ações de sensibilização de quando, onde e como a população poderia depositar monos e aparas de jardim e perguntou se já existiam rotas periódicas nos locais onde existe abandono de monos. Relativamente à proteção civil solicitou esclarecimentos sobre os apoios à polícia de proximidade. Pediu também informação de quando estariam disponíveis e operacionais as novas viaturas. -----

Tomou da palavra o Presidente da Junta para esclarecer as questões colocadas. Informou que relativamente às fotocópias para o ensino básico, que desde março de dois mil e vinte o executivo da Junta tinha sentido a necessidade de reforçar e ir para além do *plafond* estabelecido, visto as crianças terem tido a necessidade de aceder a todo um conjunto de recursos que doutra forma não seriam possíveis. Sendo a falta de acesso a equipamentos digitais por parte de uma grande parte das famílias uma das razões descritas. Assume o Presidente que, esta é uma ação que iriam continuar a desenvolver. Informou que se iriam realizar mais feiras sobre diversas temáticas, já previstas no Plano de Atividades, e em vários locais da Freguesia. Quanto à obra referida na Rua do Álamos a mesma não pertencia à Junta de Freguesia. Estavam previstas ações de sensibilização, para além das existentes, sugeriu a consulta do site da autarquia. Sobre o policiamento de proximidade, estava mais direcionado para o acompanhamento a idosos sobretudo idosos em isolamento. Informou que ainda não existia um prazo para quando iriam chegar as viaturas visto as alterações orçamentais terem sido aprovadas na Assembleia a decorrer, e posteriormente teria que existir concurso público. Por último, reforçou que existiam rotas diárias de recolhas de monos e que mesmo quando existia a necessidade de solicitar ajuda à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia não deixava de estar a cumprir a sua função, uma vez que procurava os meios disponíveis para realizar a tarefa, e por vezes eram os trabalhadores da Junta de Freguesia que eram disponibilizados para dar apoio à Câmara Municipal quando esta não tinha capacidade de resposta. -----

Foi dada a palavra à segunda secretária da Mesa da Assembleia, Carla Barroso. A mesma informou que a ata da Assembleia teria que ser enviada para o Tribunal de Contas até ao dia vinte de abril, pelo que solicitou que o envio de declarações de voto ou outros documentos necessários à sua elaboração fossem enviados o mais celeremente possível para que se pudessem inserir na mesma. Referiu também, que visto não existir possibilidade de nova Assembleia até à data do envio, que a mesma seria assinada e enviada a todos os eleitos por email, para qualquer alteração julgada necessária e que não havendo impedimento por parte de nenhum eleito a mesma seria certificada e enviada para o Tribunal de Contas dentro dos prazos legais, sendo oficializada a sua aprovação na Assembleia seguinte. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia de Laranjeiro e Feijó deu por encerrada a Assembleia pelas 23 horas e 28 minutos.

Esta ata contém treze páginas e oito anexos. -----

Anexo um – Lista de Presenças -----

Anexo dois – Tomada de Posse -----

Anexo três – Voto de Pesar de José Manuel Cacho Rodrigues -----

Anexo quatro – Voto de Pesar Pelas Vítimas da Agressão Militar da Rússia Contra a Ucrânia -----

Anexo cinco - Declaração Política (CHEGA) -----

O Presidente 

1º Secretário 

2º Secretária 

Voto de pesar- JOSÉ MANUEL CACHO RODRIGUES

José Manuel Cacho Rodrigues nasceu em Almada em 1933 e apresenta um impressionante percurso de vida com profunda ligação ao movimento associativo, com especial dedicação ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL).

Como sócio do CIRL desde 1958, foi contabilista a título gracioso (1959/60), vice-presidente da mesa da assembleia geral (1961), presidente do conselho fiscal (1962 e 63), fundador das secções de ginástica e ténis de mesa (1963), vice-presidente da direcção e membro da comissão de obras (1964/65), presidente da direcção (1966/67), presidente da mesa da assembleia geral (1970/71).

De novo presidente da mesa da AG (1973), voltou a presidente da direcção entre 1974 e 1980, época em que fundou a secção de voleibol, foi membro da comissão de gestão (1981/81), seccionista de voleibol (1983/84), outra vez presidente da mesa da assembleia geral (1985/90) e presidente da direcção (1991/93) e foi proclamado Sócio de Mérito do clube em 1993.

Voltou à presidência da direcção mais duas vezes (1993/94 e 1995/96) e foi coordenador geral do Campeonato Europeu de Thonrad (17 países, 300 atletas, em 1994).

Noutras instituições desempenhou cargos de relevo como secretário da mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Voleibol, vice-presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da direcção da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio.

Foi ainda membro da Comissão Nacional de Teatro Amador da Secretaria de Estado da Cultura, em representação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio,

Em representação do CIRL foi presidente da mesa da AG da Associação de Voleibol de Lisboa, e presidente da Comissão Administrativa da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, e membro da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio.

Em representação da Direcção Geral dos Desportos foi presidente da Comissão de Gestão da Associação de Voleibol de Lisboa,



**Grupo do Partido Socialista na
Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó**

Foi galardoado pela Junta de Freguesia do Laranjeiro pelos serviços sócio-culturais prestados à população, tendo sido igualmente galardoado com a medalha de ouro da cidade de Almada “ mérito e dedicação”.

Assim, a Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó, reunida a 7 de abril, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao movimento associativo e em particular ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, as mais sentidas condolências.

Feijó, 7 de abril 2022

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó



Grupo do Partido Socialista na
Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó

Voto de Pesar pelas vítimas da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia

O princípio da autodeterminação dos povos, elemento definitivamente reconhecido em 1945 na Carta das Nações Unidas, é um pilar insubstituível dos últimos 70 anos de paz na Europa. Infelizmente, no passado dia 24 de fevereiro, assistimos em direto aos avanços das Forças Armadas da Federação da Rússia sobre o território do estado soberano da Ucrânia. Este facto só pode merecer o repúdio por parte de todas as instituições democráticas.

A soberania da Ucrânia foi legitimada em 1991 através da realização de um referendo com 92% de voto popular, tendo esta sido amplamente reconhecida no panorama internacional, nomeadamente por Portugal, a 7 de janeiro de 1992, e pela própria Federação da Rússia, a 2 de dezembro de 1991.

Segundo dados da ONU, o número de refugiados ucranianos é já superior a 4 milhões, ao passo que são mais de 12 milhões o número de pessoas que na Ucrânia precisarão de ajuda e proteção.

Ao longo das últimas semanas foi também evidente a devastação causada em cidades ucranianas pelo regime liderado por Vladimir Putin, atingindo civis, procurando através do terror fazer vergar a legítima resistência ucraniana.

A Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó, fiel aos seus valores e princípios, na defesa da vontade popular, manifesta a sua total e incondicional solidariedade para com a Ucrânia e o seu povo, cuja vida tem sido devassada perante esta brutal invasão, de consequências trágicas e ainda imprevisíveis.

Não confundimos os povos com regimes políticos. Por isso também não esquecemos todos os corajosos russos e russas que, correndo os riscos inerentes ao exercício da liberdade de



Grupo do Partido Socialista na
Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó

expressão num regime não democrático, protestam e condenam de todas as formas possíveis esta invasão, em nome da liberdade e da dignidade da Rússia.

Estamos do lado certo da História, do lado dos princípios da Liberdade, da Democracia e do Direito Internacional. Quando estes princípios estão em causa os partidos democráticos devem tomar uma posição clara e inequívoca, manifestando o seu apoio à resistência ucraniana e a sua mais profunda reprovação para com a violência, a repressão e o autoritarismo do regime do presidente Putin.

Saudamos a Câmara Municipal de Almada, as Juntas de Freguesia do concelho (inclusive a do Laranjeiro e Feijó) e diversas entidades locais, pelo estabelecimento de uma rede de recolha de bens e medicamentos que têm sido enviados àqueles que sofrem com esta tragédia, na Ucrânia, assim como o Governo que rapidamente deu nota da disponibilidade do nosso país em acolher os refugiados que procurem o nosso país, simplificando os processos de acolhimento.

Assim, a *Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó*, reunida a 7 de abril, manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas desta guerra, injusta e injustificada, devendo este voto ser enviado à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Associação de Ucranianos em Portugal e ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia.

Feijó, 7 de abril 2022

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó



Feijó, 11 de abril de 2022

Assunto: Assembleia de Freguesia Ordinária 07/04/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa de Assembleia da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, António Ramos,

Como solicitado junto envio as declarações de voto relativas a:

Moção nº 1 – Bancada CDU - Pela Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Francisco Simões

'Pelo contacto directo com a população apurámos que esta escola não tem pavilhão desde a demolição da Pintor Columbano, no entanto, é uma das duas escolas que no Concelho apresenta o curso de desporto o que reforça a necessidade extrema deste equipamento.

É nesse sentido que o partido CHEGÁ votará favoravelmente esta moção, pois trata-se de um bem maior para os nossos jovens e comunidade.'

Moção nº 2 - Bancada CDU - SIM À PAZI

'Não esquecemos que a CDU votou contra o apoio financeiro à Ucrânia, bem como a não condenação pelos avanços das Forças Armadas da Rússia, o que nos leva a questionar o real sentimento sobre a moção apresentada.

Posto isto, o partido CHEGA irá votar contra esta moção, no entanto, repudiamos veemente todos os crimes cometidos contra a humanidade, bem como a guerra.'

Moção nº 3 – Bancada CDU - Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada

Como já referido nesta Assembleia, sem a alteração da delegação de competências não será possível à Câmara Municipal de Almada a contratação destas colaboradoras. Assim, e tendo como base a alínea b) do artigo 60, em linha com a tomada de posição dos dois deputados do CHEGA na Assembleia Municipal de Almada, vamos votar contra esta moção, pois não é exequível.'

1ª Alteração Modificativa ao Orçamento | 1ª Revisão o Plano Plurianual de Investimentos



Detectámos cerca de trinta e seis (36) vezes a rubrica Outros nesta revisão, outros, outros bens, outros recursos, outros serviços, outros serviços especializados, etc. Razão pela qual pedimos que em orçamento e rectificações futuras seja evitado este recurso garantindo assim uma maior clareza e transparência sobre o destino dos valores.

Gostaríamos também de ser esclarecidos pelo Exmo. Sr. Presidente da União de Freguesias relativamente a:

1 – Existem duas rúbricas aprovadas em orçamento para as horas extra nos valores de 500€ e 5000€, sendo que estão agora a ser reforçadas na revisão com 1000€ e 2000€ respectivamente. A nossa questão prende-se com esta necessidade tendo em conta a contratação efectiva de mais 2 a 3 colaboradores.

2 – Na parte das despesas surge nas instalações desportivas e recreativas uma aprovação em orçamento de 3500€ que agora se pede reforço de 5000€, Gostaríamos de saber o que é efectivamente este ponto.

A abstenção do Chega nesta revisão, não é um cheque em branco ao Executivo, mas sim um sinal de que apesar do benefício da dúvida iremos estar atentos.

Aproveito o momento para dar conta das propostas e preocupações que temos transmitido ao Exmo. Sr. Presidente em diferentes ocasiões e que são de relevante interesse para a nossa Freguesia.

- A necessidade de pressionar as entidades competentes para uma maior segurança das nossas ruas e pessoas;
- Uma vez que ostentamos a bandeira de eco freguesia e comunidades pró-envelhecimento é de importante a criação de hortas comunitárias que permitirão a ocupação e envelhecimento activo dos nossos séniores, bem como alimentação fruto do seu trabalho e mais saudável;
- A necessidade de identificar espaços para colocação de caixa de multibando, nomeadamente na Rua Dr. António Elvas, pela sua extensão e pelo recente fecho de todas as dependências bancárias que nela existiam;
- Pressionar para a Requalificação do Mercado do Feijó no que respeita à ocupação de espaços fechados e uma maior diversidade de negócios, assim como espaço de coworking;
- Revisão do plano de pernoita dos sem-abrigo que diariamente circulam no Laranjeiro, perto do espaço onde apenas dormem, criando-lhes actividades para durante o dia que possibilitem à sua reinserção na sociedade e evitem a degradação humana.

Cordiais cumprimentos,

Cristina Gervásio